

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS E A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO DE MAUS TRATOS

Coordenador: PANTELIS VARVAKI RADOS

Autor: VANESSA APARECIDA FLORES DE ASSUNÇÃO

As violências e acidentes representam um problema de saúde pública de grande magnitude no Brasil, provocando um forte impacto nas taxas de morbidade e mortalidade da população. Crianças e adolescentes com necessidades especiais constituem um grupo altamente vulnerável a abusos sexuais e maus tratos por alguns motivos como: as limitações que a deficiência provoca, discriminações sociais sofridas, dificuldades de aceitação dos pais e suas frustrações quanto às deficiências de seus filhos. Atualmente, se evidencia uma escassez de estudos que abordem o tema violência contra crianças e adolescentes com necessidades especiais no Brasil. Porém, estas situações estão intensamente presentes no cotidiano da sociedade e das famílias especiais. Contexto: A experiência desta equipe de extensionistas que realiza o atendimento odontológico às pessoas com necessidades especiais, oriundas de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul e que recebe informações contidas nas notificações junto aos serviços públicos de saúde, pode observar que é grande a quantidade de casos de maus tratos e abuso sexual em crianças com necessidades especiais, sendo que há inexistência de uma análise mais aprofundada destes casos. Metodologia: Diante disto, objetiva-se conceder informações de um caso clínico que envolve maus tratos e abuso sexual em uma criança com necessidades especiais, que apresenta uma doença genética na beta oxidação dos ácidos graxos, para que os dentistas possam ter a oportunidade de se atermem mais para esta problemática. Neste caso a criança tem quatro anos de idade e foi no ambiente familiar, que ela foi abusada sexualmente pelo seu pai, o qual apresenta deficiência mental, quanto tinha apenas dois anos de idade. Os pais de pacientes especiais enfrentam sentimentos ambivalentes e intensos como estranhamento, desilusão, dor, culpa, medo, rejeição e raiva que comprometem o vínculo entre eles e seus filhos. A condição socioeconômica da família pode interferir na ocorrência de maus tratos e abuso sexual. Resultados: A criança especial relatada não apresenta sinais físicos de maus tratos ou abuso sexual, mas traz consigo evidências menores que está relacionada a carência emocional e nutricional, onde ela apresenta um déficit pômbero-estatural grave, desnutrição, e graves problemas psicossociais, estando internada há sete meses no hospital pelo não ganho de peso e

por negar alimentar-se por via oral, fato pelo qual pode estar relacionado à sua doença genética. O quadro odontológico apresentado não justificou esta sua conduta e sim reforçou o fato do possível abuso sexual ter sido praticado também por via oral, ainda não cogitado judicialmente. Conclusão: Encaminhamos o nosso parecer lembrando sempre que no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) deixa claro, que casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças e adolescentes devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar pelos profissionais da saúde, sob pena de pagamento de multa de três salários de referência e aplicação do dobro em caso de reincidência.